

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- As questões desta prova deverão ser resolvidas exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, desconsiderando-se quaisquer divergências entre estas e outras fontes.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

LICITAÇÕES NO EXTERIOR

Questão 1

Para instrução dos processos afetos a despesas de pequeno vulto, a Portaria MRE n.º 463/2023 exige, entre outros documentos,

- Ⓐ extrato de dispensa de licitação.
- Ⓑ análise de riscos.
- Ⓒ estudo técnico preliminar.
- Ⓓ demonstração de inexistência de fornecedores locais capazes de atender ao objeto.
- Ⓔ pesquisa de preços ou justificativa da sua não realização.

Questão 2

A Portaria MRE n.º 463/2023 estabelece como objetivo dos processos licitatórios no exterior

- Ⓐ reduzir a formalidade do processo administrativo quando o valor do objeto for baixo, dispensando planejamento, motivação e análise de vantajosidade.
- Ⓑ assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- Ⓒ garantir que os procedimentos adotados no exterior reproduzam integralmente os modelos utilizados nas licitações realizadas no Brasil.
- Ⓓ permitir a adoção de procedimentos simplificados sempre que houver urgência, ainda que isso dispense a busca por competitividade e vantajosidade.
- Ⓔ priorizar fornecedores brasileiros estabelecidos no exterior, garantindo-lhes preferência automática sobre empresas de outras nacionalidades.

Questão 3

A respeito dos procedimentos licitatórios no exterior, assinale a opção correta de acordo com a Portaria MRE n.º 463/2023.

- Ⓐ O registro das peculiaridades locais para fins de alteração dos procedimentos deverá constar apenas nos estudos técnicos preliminares, se houver prévia autorização da Consultoria Jurídica.
- Ⓑ É facultada a criação de novos modelos de procedimentos licitatórios, cuja aplicação será imediata, ainda que não publicados na *intranet* do MRE.
- Ⓒ Os novos modelos de procedimentos licitatórios criados devem seguir as condições do setor privado e ser assinados e encaminhados à Consultoria Jurídica, para ciência.
- Ⓓ Será observado um modelo único e padronizado de procedimento licitatório, vedada qualquer adaptação decorrente de necessidades locais.
- Ⓔ É possível a flexibilização dos procedimentos em função de peculiaridades locais, desde que justificada em estudos técnicos preliminares.

Questão 4

Acerca da hipótese de parcelamento do objeto nos processos licitatórios no exterior, julgue os itens a seguir, conforme a Portaria MRE n.º 463/2023.

- I O parcelamento do objeto, ainda que este seja tecnicamente divisível, pode ser dispensado quando houver economia de escala potencial e não existir risco de prejuízo à competição.
- II O objetivo central do parcelamento do objeto divisível é ampliar a participação de licitantes, sendo admissível desconsiderar peculiaridades do mercado local nas compras se o parâmetro de qualidade estiver assegurado.
- III Para compras, o parcelamento do objeto deve observar o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com foco na economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 5

À luz da Portaria MRE n.º 463/2023, julgue os itens seguintes, acerca das despesas de pequeno vulto.

- I Uma despesa com manutenção de veículos no valor de US\$ 3.000 não poderá ser realizada por pequeno vulto caso o limite gastos de mesma natureza, realizados no mesmo exercício financeiro, já tenha totalizado o montante de US\$ 48.000.
- II Uma despesa de US\$ 500 com compra de materiais de escritório pode ser sempre realizada por pequeno vulto, independentemente dos gastos realizados com despesas da mesma natureza no exercício financeiro.
- III Para fins de realização de despesas de pequeno vulto, definem-se como objetos de mesma natureza aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 6

A Repartição Consular do Brasil em Helsinque identificou que o sistema de impressões do setor jurídico havia parado de funcionar devido à queima simultânea de um componente elétrico e de um *kit* interno de manutenção. O problema afeta a emissão urgente de documentos para brasileiros em situação emergencial.

A compra do material necessário, disponível apenas em lojas de eletrônica da cidade, custa cerca de US\$ 820.

Nessa situação hipotética, trata-se de despesa passível de realização por pequeno vulto cujo limite máximo definido na Portaria MRE n.º 463/2023 é de

- Ⓐ US\$ 2.500.
- Ⓑ R\$ 2.500.
- Ⓒ US\$ 5.000.
- Ⓓ R\$ 5.000.
- Ⓔ US\$ 50.000.

Questão 7

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e no Decreto n.º 9.830/2019, assinale a opção correta relativa à decisão baseada em valores abstratos.

- Ⓐ A decisão baseada exclusivamente em valores jurídicos abstratos deve ser motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.
- Ⓑ A motivação da decisão baseada em valores jurídicos abstratos deve indicar, cumulativamente, as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência e a doutrina aplicáveis.
- Ⓒ Na motivação da decisão baseada em valores jurídicos abstratos, é dispensada a demonstração da adequação da medida imposta quando comprovada a observância dos critérios de proporcionalidade e de razoabilidade.
- Ⓓ Na esfera judicial, é vedada decisão baseada em valores jurídicos abstratos, quaisquer que sejam suas consequências práticas.
- Ⓔ A motivação da decisão baseada em valores jurídicos abstratos não pode ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas ou pareceres.

Questão 8

De acordo com a Portaria MRE n.º 463/2023, assinale a opção correta acerca dos procedimentos licitatórios, da seleção de fornecedores e dos contratos.

- Ⓐ As propostas devem ser apresentadas em modelo padronizado emitido pelo MRE, sendo vedada a aceitação de documentos comerciais usuais do país onde ocorrerá a contratação.
- Ⓑ Aos contratos constituídos no exterior aplicam-se as leis pertinentes locais.
- Ⓒ A administração pública nunca pode dispensar a inclusão da minuta de contrato no edital, independentemente do tipo de contratação.
- Ⓓ Na formulação do processo licitatório, é facultativa a elaboração das minutas de instrumento convocatório e da minuta de contrato.
- Ⓔ Na fase de habilitação, serão analisadas apenas as questões jurídicas, fiscais e trabalhistas, enquanto as análises técnicas e econômico-financeiras serão realizadas na fase de julgamento.

Questão 9

A Embaixada do Brasil em Oslo abriu procedimento competitivo para contratação de serviços de manutenção de equipamentos especiais utilizados no atendimento consular. O instrumento convocatório estabeleceu requisitos mínimos sobre conteúdo da proposta, incluindo prazo de validade, detalhamento do objeto e condições de pagamento.

No dia da sessão, três fornecedores apresentaram documentos distintos:

- o fornecedor A apresentou proposta em formulário da própria empresa, regularmente utilizado no mercado local;
- o fornecedor B apresentou a proposta via *email*, com todas as informações e assinatura digital comercial válida no país;
- o fornecedor C enviou planilha produzida manualmente, com os dados completos da proposta, mas em formato não padronizado e sem timbre.

Nessa circunstância, a comissão de contratação ficou em dúvida sobre a aceitabilidade das propostas, especialmente quanto à forma documental e à obrigatoriedade do uso de modelos padronizados.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da Portaria MRE n.º 463/2023.

- Ⓐ Todas as propostas podem ser avaliadas, desde que contenham as informações mínimas exigidas pelo edital e sejam compatíveis com as formas usuais de apresentação do mercado local, independentemente de padronização formal.
- Ⓑ Apenas propostas apresentadas em modelo padronizado emitido pela unidade podem ser aceitas, pois documentos comerciais do país estrangeiro não possuem validade para fins licitatórios.
- Ⓒ A proposta enviada por *email* não pode ser considerada, ainda que contenha todos os elementos exigidos, pois a apresentação deve ocorrer exclusivamente em documento físico, com assinatura manuscrita.
- Ⓓ A planilha sem timbre deve ser automaticamente rejeitada, pois somente devem ser aceitas propostas que apresentem identidade visual oficial do fornecedor.
- Ⓔ Apenas a proposta apresentada em formulário próprio da empresa deve ser aceita, já que o procedimento internacional exige compatibilidade estrita com padrões empresariais formais do país estrangeiro.

Questão 10

Considere que deverão ser realizadas as seguintes contratações em uma embaixada brasileira no exterior:

- I reparos e troca de peças em veículos = US\$ 2.600;
- II compra de materiais de copa e cozinha = US\$ 2.000;
- III restauração de pinturas prediais = US\$ 3.000;
- IV compra de materiais de expediente = US\$ 2.800.

De acordo com a Portaria n.º 463/2023, o enquadramento como despesa de pequeno vulto é corretamente aplicável

- Ⓐ à contratação II, apenas.
- Ⓑ às contratações I e II, apenas.
- Ⓒ às contratações I, II e IV, apenas.
- Ⓓ às contratações I, II e III, apenas.
- Ⓔ a todas as contratações citadas.

CONTABILIDADE NOS POSTOS**Questão 11**

A fase de execução da despesa em que ocorre a verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, é denominada de

- A autorização.
- B empenho.
- C pagamento.
- D lançamento.
- E liquidação.

Questão 12

Assinale a opção em que é corretamente apresentada a espécie de despesa cujo empenho será considerado anulado, para todos os fins, em 31 de dezembro.

- A despesa cuja liquidação esteja ainda em curso
- B despesa não liquidada que corresponda a compromissos assumidos no exterior
- C despesa não liquidada cujo prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor esteja vencido, não havendo interesse da administração de dar início à sua liquidação ou de exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor
- D despesa liquidada e ainda não paga
- E despesa não liquidada destinada a atender transferências a instituições públicas ou privadas

Questão 13

A restituição de recursos concedidos sob a forma de suprimento de fundos, quando recolhida após o encerramento do exercício, constituirá

- A receita extraorçamentária.
- B despesa extraorçamentária.
- C despesa orçamentária.
- D anulação de despesa.
- E receita orçamentária.

Questão 14

Com relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), julgue os itens a seguir.

- I A utilização do SIAFI por entidades privadas depende de autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo necessária também a celebração de convênio ou a assinatura de termo de cooperação técnica entre as entidades interessadas e a referida Secretaria.
- II O SIAFI provê aos órgãos da administração pública mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- III Um dos benefícios trazidos pela implantação do SIAFI para a administração pública federal foi a otimização da utilização dos recursos do Tesouro Nacional por meio da unificação dos recursos de caixa do governo federal na conta única no Banco Central do Brasil.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 15

O instrumento de planejamento e orçamento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública em relação às despesas de capital e a outras despesas delas decorrentes, de forma regionalizada, é denominado de

- A orçamento de investimento das empresas estatais.
- B plano plurianual de investimentos (PPA).
- C lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- D lei orçamentária anual (LOA).
- E orçamento fiscal.

Questão 16

A respeito dos procedimentos aplicáveis à delegação de competência da função de ordenador de despesas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), assinale a opção correta, de acordo com a portaria que regula o assunto.

- A A publicação no Diário Oficial da União da nomeação para os cargos de chefia de unidades do MRE no exterior não implica a delegação de competência para a função de ordenador de despesas das referidas unidades.
- B Admite-se a subdelegação da função de ordenador de despesas, ficando o subdelegante isento de responsabilidade pelos atos praticados pelo subdelegado.
- C Nas unidades do MRE localizadas no exterior, a função de ordenador de despesas deve ser delegada ao próprio chefe da unidade.
- D Não compete ao ordenador de despesas nomear o conformista de registros de gestão de sua própria unidade, pois essa nomeação é de competência do gestor financeiro.
- E Subdelegada a função de ordenador de despesas, a responsabilidade pela fiscalização dos atos praticados pelos subordinados do subdelegante é automaticamente transferida para o subdelegado.

Questão 17

A definição da dotação orçamentária dos postos do MRE é um procedimento que depende

- I das variações cambiais ao longo do exercício.
- II das expectativas de comportamento futuro das variações cambiais.
- III do dispêndio eficaz e eficiente dos recursos enviados.
- IV do conjunto de solicitações dos postos, devendo tais solicitações ser precedidas de rigorosa pesquisa de mercado.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 18

Assinale a opção correta no que concerne às contas bancárias e aos recursos dos postos do MRE.

- Ⓐ A conciliação bancária deve ter periodicidade semanal, devendo ser registrados no Formulário de Conciliação Bancária apenas os itens que não coincidam com os registros dos bancos.
- Ⓑ Admite-se a movimentação dos recursos que o posto mantém em banco e moeda local por meio de cheques e retiradas em espécie.
- Ⓒ Apenas o chefe do posto pode ser credenciado para movimentar as contas bancárias abertas pelo respectivo posto.
- Ⓓ Os postos devem abrir contas bancárias na praça local preferencialmente em estabelecimento local de renome que ofereça as melhores condições comerciais.
- Ⓔ Não há limites em relação ao número de contas bancárias a serem abertas pelos postos.

Questão 19

Com relação aos documentos comprobatórios de créditos e despesas, julgue os itens a seguir.

- I O recibo relativo a material permanente deve estar acompanhado de declaração de que o bem foi inventariado no patrimônio nacional, com a indicação do número a ele atribuído no inventário e do local onde foi incorporado para fins de inventário (Chancelaria, Residência ou Centro Cultural).
- II Serão aceitos como documentos de despesas os recibos de cartões de crédito pessoais de servidores que forem apresentados para fins de reembolso de gastos pelo posto.
- III A aposição de atesto e o visto do chefe do posto ou detentor de delegação de competência não são suficientes para comprovar a legalidade dos documentos de créditos e de despesas afetos ao posto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 20

O sistema informatizado de administração de postos (ADMP) tem como finalidade(s)

- I a emissão de prestações de contas.
- II a emissão dos relatórios contábeis das repartições do MRE no exterior interligadas ao SIAFI.
- III o registro e a contabilização da gestão orçamentária do posto.
- IV a manutenção do controle da classificação orçamentária dos lançamentos contábeis, para fins de preparação das prestações de contas.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

ASSUNTOS CONSULARES**Questão 21**

A Com base no Regulamento Consular Brasileiro, julgue os itens a seguir, referentes a definições pertinentes ao serviço consular.

- I A autoridade consular é o agente investido pelo governo brasileiro para exercer funções exclusivamente perante as autoridades locais e a comunidade brasileira residente, sendo vedada a prestação de serviços consulares a estrangeiros.
- II Conforme a Convenção de Viena, jurisdição consular é o território atribuído à repartição consular no qual os cônsules podem exercer sua autoridade apenas diretamente, não sendo permitida a atuação por meio de vice-consulados ou cônsules honorários.
- III O estabelecimento da jurisdição de uma repartição consular é feito mediante portaria emitida pelo ministro de Estado das relações exteriores e depende da aceitação prévia do Estado receptor.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 22

Segundo o Regulamento Consular Brasileiro, as funções consulares incluem

- Ⓐ agir na qualidade de notário e oficial de registro civil, assim como exercer outras funções administrativas, desde que tais ações não contrariem leis e regulamentos do Estado receptor.
- Ⓑ prestar ajuda e assistência aos navios e aeronaves que possuam a nacionalidade do Estado que envia, podendo resolver qualquer tipo de litígio entre o capitão e a tripulação, independentemente de autorização das leis do Estado que envia.
- Ⓒ comunicar decisões judiciais e executar cartas rogatórias no Estado receptor, sendo esta uma função permitida às repartições consulares brasileiras, conforme a Convenção de Viena.
- Ⓓ expedir passaportes e documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, sendo vedada a emissão de vistos e documentos apropriados às pessoas que desejarem viajar para o referido Estado.
- Ⓔ resguardar os interesses dos nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos de sucessão por morte no território do Estado receptor, ainda que em detrimento de leis e regulamentos locais.

Questão 23

Acerca das categorias e da organização da repartição consular, julgue os seguintes itens.

- I As repartições consulares situadas em cidades onde exista missão diplomática bilateral ocupar-se-ão, exclusivamente, de assuntos consulares.
- II A criação, transformação ou extinção das repartições consulares de carreira e dos consulados honorários deve ser feita por decreto do Poder Executivo.
- III Além dos consulados-gerais, consulados, vice-consulados e consulados honorários, o Brasil também utiliza as agências consulares, que são formalmente designadas como escritórios consulares, sem atribuições vinculadas à repartição de carreira quando da sua criação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 24

No que tange à avaliação de desempenho do cônsul honorário, assinale a opção que apresenta um tópico que deve constar, obrigatoriamente, do relatório anual enviado pelo posto de carreira à SERE/DAC.

- A número exato de atendimentos notariais realizados mensalmente no período
- B frequência com que o cônsul honorário viajou ao Brasil para tratar de assuntos oficiais
- C propostas de reforma estrutural para a jurisdição consular no ano seguinte
- D ano em que o cônsul honorário assumiu o cargo
- E balanço financeiro detalhado das despesas operacionais do consulado honorário no ano anterior

Questão 25

Em relação aos serviços notariais e de registros públicos prestados no exterior, julgue os itens subsequentes.

- I Tais serviços são essenciais e indelegáveis, estando sujeitos aos princípios constitucionais e legais que garantem a eficiência, a publicidade e a segurança dos atos.
- II Aos auxiliares locais das repartições consulares é expressamente vedado que atuem como autoridade consular ou assinem quaisquer atos notariais e de registro civil.
- III A atuação consular dos auxiliares locais não pode se estender à conferência de documentos, sendo suas funções limitadas estritamente ao atendimento inicial e à recepção de documentos, para garantir que os serviços notariais permaneçam indelegáveis.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 26

No que diz respeito aos procedimentos para lavratura de atos de registro civil e notariais, assinale a opção correta, considerando as práticas permitidas ou vedadas no serviço consular.

- A O termo de registro e as respectivas certidões originais devem ser assinados pela autoridade consular, sendo vedada a substituição do signatário expresso no documento pela aposição da expressão **por** ou **p/**.
- B Na impossibilidade de o declarante de registros civis apresentar documentos originais brasileiros, o posto consular deve aceitar unicamente cópias autenticadas por tabelião de notas brasileiro, sendo vedada a aceitação de cópias autenticadas em repartição consular.
- C Nos casos em que a(s) parte(s) esteja(m) impedida(s) de locomover-se e houver justificativa para a lavratura imediata do ato, a autoridade consular deve realizar uma missão ao local do nacional, independentemente de autorização prévia da SERE/DAC.
- D Em caso de incapacitação física ou analfabetismo da(s) parte(s), a autoridade consular pode permitir que outra pessoa assine o termo a rogo (a pedido), dispensando a tomada da impressão digital da(s) parte(s) se o rogo for formalizado por escrito.
- E É expressamente permitido o envio do termo de registro por via postal para que as partes e testemunhas o assinem, desde que o termo seja restituído à repartição consular pessoalmente ou por via postal.

Questão 27

Quanto à autorização para emissão de documentos de viagem no Brasil e no exterior, conforme o Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção correta.

- A A emissão de documentos de viagem no exterior sem a expressa solicitação ou consentimento do titular é proibida, não havendo exceção a essa regra, nem mesmo para casos de extraditando que não possua documento de viagem válido para ingressar no território nacional.
- B Nas solicitações de documento de viagem em que o requerente comparece pessoalmente, a documentação original é sempre exigida. Documentos inseridos no SCI.ng em ocasiões anteriores jamais poderão ser reutilizados para a confecção de novos documentos, de modo a se preservar a segurança do processo.
- C Caso a documentação necessária à concessão do documento de viagem seja verificada em repartição consular distinta daquela onde o documento foi solicitado, a repartição verificadora deverá inserir no SCI.ng os documentos escaneados, salvar o requerimento aberto e, em seguida, fazer sua desvinculação, permitindo, assim, que a repartição expedidora dê continuidade ao processo.
- D No exterior, a emissão de documentos de viagem é autorizada exclusivamente pelo chefe da missão diplomática, sendo vedada a emissão sem o consentimento do titular, salvo quando se tratar de nacional brasileiro extraditando para o Brasil.
- E A autorização de documentos de viagem, no Brasil, compete ao ministro de Estado das relações exteriores e, no exterior, ao chefe da repartição consular, sendo proibida, em qualquer dos casos, a delegação de competência.

Questão 28

Com base nas normas que regulamentam a concessão de passaporte diplomático (PADIP) às autoridades e o prazo de validade desse documento, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos ministros de Estado, aos ocupantes de cargo de natureza especial e ao procurador-geral da República aplica-se o mesmo prazo de validade do PADIP: dez anos.
- Ⓑ A validade do PADIP é de, no máximo, dez anos, prazo este improrrogável, e se aplica tanto aos servidores aposentados da carreira de diplomata quanto aos juízes brasileiros em tribunais internacionais judiciais ou arbitrais.
- Ⓒ O presidente e o vice-presidente da República têm direito ao PADIP pelo prazo do mandato, e os ex-presidentes da República têm direito ao documento pelo prazo máximo de cinco anos.
- Ⓓ Os servidores das carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria, em atividade ou aposentados, têm direito ao PADIP por dez anos, enquanto a validade do documento para os vice-cônsules em exercício está limitada ao prazo da missão.
- Ⓔ A expedição do PADIP para governadores dos estados e do Distrito Federal, assim como para chefes de missões diplomáticas designados por decreto, é permitida pelo prazo máximo de dez anos.

Questão 29

Acerca das condições de concessão de passaporte oficial (PASOF) estabelecidas no Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os servidores de autarquias dos governos estaduais ou distrital e os servidores de empresas públicas federais fazem jus a PASOF pelo prazo máximo de cinco anos.
- Ⓑ Assim como as pessoas que viajem em missão relevante para o Brasil, os servidores da administração direta e das autarquias federais também têm direito a PASOF pelo prazo máximo de cinco anos.
- Ⓒ Os servidores de fundações federais e de sociedades de economia mista, mesmo aquelas em que a União seja acionista majoritária, não são elegíveis ao PASOF.
- Ⓓ Os servidores da administração direta do governo federal e dos governos estaduais e do Distrito Federal, em missão oficial, têm direito a PASOF com validade máxima improrrogável de dez anos.
- Ⓔ As pessoas que viajem em missão relevante para o Brasil e os auxiliares de adidos credenciados pelo Ministério das Relações Exteriores fazem jus a PASOF pelo mesmo prazo: o da missão.

Questão 30

Com base nas disposições do Regulamento Consular Brasileiro quanto às exigências de situação eleitoral regular para a obtenção de passaporte comum (PACOM), julgue os itens que se seguem.

- I A exigência de regularidade eleitoral para obtenção de passaporte aplica-se a todos os brasileiros com mais de dezoito anos de idade.
- II Entre os documentos aceitos para comprovar a situação eleitoral regular, estão: a certidão de quitação eleitoral, obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o e-título emitido após as últimas eleições; e comprovantes de votação das últimas eleições.
- III É responsabilidade da autoridade consular informar ao cidadão a possibilidade de transferência do título eleitoral para o exterior, a fim de auxiliar na regularização da situação eleitoral para a obtenção do passaporte.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 31

Considerando as disposições do Regulamento Consular Brasileiro acerca do fechamento de repartição consular e do impedimento de seu titular, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de fechamento da repartição consular, o servidor encarregado de sua desativação não pode conservar sob sua guarda o equipamento de criptografia nem os arquivos de correspondência especial, devendo dar a eles, imediatamente, o destino determinado pela SERE/DDAC.
- Ⓑ Na impossibilidade de comunicação com a SERE, o servidor que assumir interinamente a direção da repartição consular deverá imediatamente lavrar termo único de passagem de direção, independentemente de autorização prévia da Secretaria de Estado.
- Ⓒ O servidor que assumir a direção da repartição consular em virtude de impedimento do titular deverá proceder à verificação dos documentos, bens e valores na presença de dois outros servidores, se os houver.
- Ⓓ No caso de servidor assumir a direção interinamente, deve ser lavrado termo único de passagem de direção, em três vias: uma para arquivamento na repartição; uma para o servidor que assume; e a original, para envio à SERE por ofício.
- Ⓔ No caso de fechamento de repartição consular, o servidor encarregado de sua desativação deve remeter à SERE/DLOG apenas as bandeiras e escudos existentes, ficando a cargo da SERE/DAEX a destruição dos selos secos e carimbos.

Questão 32

Com base nas disposições do Regulamento Consular Brasileiro acerca das testemunhas em atos notariais e registrais no exterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não se exige testemunha para a lavratura de registro consular de casamento celebrado por autoridade estrangeira.
- Ⓑ A participação de menores de dezesseis anos como testemunhas restringe-se a um conjunto específico de atos notariais.
- Ⓒ Para quaisquer atos notariais, o cônjuge de alguma das partes é admitido como testemunha.
- Ⓓ As pessoas cegas e as surdas não podem ser testemunhas em nenhum ato notarial ou de registro civil.
- Ⓔ Toda pessoa maior de idade, independentemente de sua condição de saúde, é admitida como testemunha em atos notariais e registrais, desde que manifeste tal vontade.

Questão 33

Com base na lista de documentos necessários para o registro consular de nascimento estabelecida no Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção que apresenta um documento que é aceito para comprovar a identidade do genitor brasileiro.

- A** carteira funcional expedida por órgão público, mesmo que não reconhecida por lei federal como documento de identidade válido em todo o território nacional
- B** carteira de trabalho e previdência social (CTPS)
- C** documento de identificação digital, desde que o posto consular reconheça sua validade com base em lei local
- D** carteira nacional de habilitação (CNH), expedida pelo DETRAN, desde que dentro da validade
- E** passaporte brasileiro, obrigatoriamente válido, emitido pela Polícia Federal ou pelo MRE

Questão 34

No que se refere a alterações em estatuto pessoal, assinale a opção correta segundo o Regulamento Consular Brasileiro.

- A** Em casos de separação judicial ou divórcio havido no Brasil, o requerente de passaporte biométrico deve apresentar a certidão de registro de casamento, dispensando-se a averbação correspondente, pois esta é de responsabilidade exclusiva do cartório brasileiro.
- B** Para comprovar alteração em função de casamento celebrado no exterior entre brasileiros, o requerente de passaporte biométrico deve apresentar a certidão de registro de casamento lavrada em repartição consular brasileira ou já transcrita em cartório brasileiro.
- C** Nos casos de divórcio de brasileiro ocorrido no exterior, é suficiente, para fins de emissão de passaporte biométrico, a apresentação da certidão estrangeira do divórcio, devidamente apostilada ou legalizada.
- D** A alteração do estatuto pessoal de brasileiro, mesmo que implique alteração dos dados do passaporte, não enseja a expedição de novo documento de viagem, sendo suficiente que a alteração seja registrada no campo de observações.
- E** No campo reservado para observações do passaporte, é admitida a complementação de informações e a correção de dados impressos no documento, desde que a autoridade consular lavre termo com justificativa da correção.

Questão 35

O Regulamento Consular Brasileiro veda a concessão de PADIP a

- A** companheiro(a) meramente em união estável com servidor inativo da carreira de diplomata, ainda que seja dependente econômico dele.
- B** enteado de servidor da carreira de diplomata, ainda que aquele seja seu dependente econômico.
- C** mãe e pai de servidor da carreira de diplomata, ainda que sejam seus dependentes econômicos.
- D** pensionista de servidor falecido da carreira de diplomata, caso não preencha nenhum dos demais requisitos para a expedição do documento.
- E** filho de servidor inativo da carreira de diplomata, independentemente da idade, profissão ou condição econômica do filho.

PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO**Questão 36**

Assinale a opção correta acerca da gestão patrimonial realizada pelas unidades administrativas do MRE e dos principais dispositivos legais relacionados à gestão patrimonial na administração pública.

- A** A Coordenação-Geral de Patrimônio Histórico do MRE é a unidade responsável por expor e divulgar o acervo dos itens que compõem a coleção do Museu Histórico e Diplomático.
- B** O Decreto n.º 9.373/2018 é o principal instrumento que rege o controle de material, tanto de consumo quanto permanente, na administração pública federal, descrevendo as principais atividades a serem desenvolvidas.
- C** A Lei n.º 4.320/1964 fornece o detalhamento das naturezas de despesa de material de consumo e equipamentos e de material permanente, para fins de execução do processo de apropriação contábil da despesa.
- D** A função do controle patrimonial no MRE restringe-se às atividades de recebimento, registro, verificação, utilização, guarda e conservação dos bens móveis permanentes da União.
- E** A Coordenação de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia do MRE é a unidade responsável pela gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis dos postos no exterior.

Questão 37

A respeito do controle patrimonial, dos inventários e dos materiais permanentes do MRE, assinale a opção correta.

- A** A fragilidade é um atributo dos materiais permanentes que evidencia a perda ou a redução de suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.
- B** Por determinação do Tribunal de Contas da União, desde o exercício de 1995, os inventários patrimoniais dos postos do MRE passaram a ser elaborados anualmente, com base na planilha de patrimônio.
- C** O material de pequeno valor econômico que tiver seu custo de controle evidentemente superior ao risco da perda deve ser controlado mediante o processo formal de inventário anual.
- D** Devem ser controlados todos os bens que integrem o acervo do órgão, sejam eles móveis ou imóveis, não se aplicando tal controle a bens não pertencentes ao acervo, colocados à sua disposição para consecução dos objetivos institucionais.
- E** Inventário é o procedimento administrativo e contábil voluntário, que consiste na verificação do controle físico e contábil dos equipamentos e materiais permanentes existentes no órgão.

Questão 38

Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma modalidade de incorporação de bem que se caracteriza por empréstimo gratuito realizado entre o órgão público e as empresas privadas por meio de contrato.

- A** incorporação por fabricação
- B** aquisição
- C** transferência
- D** comodato
- E** cessão

Questão 39

Assinale a opção correta acerca de bens de terceiros e de tombamento patrimonial.

- Ⓐ A doação para fins de tombamento corresponde ao empréstimo gratuito de um bem entre órgãos públicos.
- Ⓑ Nos casos em que há a incorporação de bem de terceiro após o final do contrato (*buy-out*), é desnecessária a realização da baixa do item, que é incorporado imediatamente à planilha de patrimônio do respectivo posto do MRE.
- Ⓒ A identificação individual dos componentes do acervo patrimonial deve permitir aos agentes do controle patrimonial coletar informações relativas à localização, ao estado de conservação e à situação desse bem no acervo, bem como ao responsável por sua guarda e conservação.
- Ⓓ Os bens de terceiros são exclusivamente os que fazem parte de contrato de *outsourcing* (impressoras, computadores) ou *leasing* (veículos).
- Ⓔ Se o produto do *outsourcing* ou do *leasing* for devolvido ao final do período do contrato, será prescindível qualquer ação de controle patrimonial por parte dos servidores da unidade administrativa.

Questão 40

O tipo de material inservível que corresponde ao bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência, é denominado

- Ⓐ bem inoperante.
- Ⓑ bem antieconômico.
- Ⓒ bem ocioso.
- Ⓓ bem recuperável.
- Ⓔ bem irrecuperável.

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES**Questão 41**

De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinale a opção correta a respeito de aspectos concernentes ao agente diplomático e à mala diplomática.

- Ⓐ A residência particular do agente diplomático não goza de nenhum tipo de inviolabilidade.
- Ⓑ A mala diplomática somente poderá ser aberta ou retida pelo Estado acreditado.
- Ⓒ Em regra, a bagagem pessoal do agente diplomático não está sujeita a inspeção.
- Ⓓ Embora a pessoa do agente diplomático seja, em regra, inviolável, ela poderá ser objeto de detenção ou prisão, conforme o caso.
- Ⓔ Os volumes que constituam a mala diplomática não podem, em nenhum caso, conter sinais exteriores que indiquem o seu caráter, visto que este é sigiloso.

Questão 42

À luz da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinale a opção correta a respeito dos locais da missão.

- Ⓐ Os locais da missão são invioláveis, de modo que a entrada neles de agentes do Estado acreditado é admitida apenas em situações emergenciais.
- Ⓑ A entrada de agentes do Estado acreditado nos locais da missão nas situações pertinentes independe de consentimento do chefe da missão.
- Ⓒ Os locais da missão não poderão ser objeto de busca, requisição ou embargo, salvo em caso de decisão definitiva em processo de execução.
- Ⓓ Somente os bens imóveis que sejam de propriedade do Estado acreditante situados no local da missão gozam de proteção contra danos.
- Ⓔ Os locais da missão gozam de proteção pelo Estado acreditado contra danos e perturbações à tranquilidade da missão.

Questão 43

Segundo a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, o Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado, ou outro Ministério em que se tenha convindo, deve ser notificado a respeito

- I da nomeação dos membros do pessoal da missão.
- II da chegada e da partida definitiva do pessoal da missão, ou do término de suas funções na missão.
- III da chegada e da partida definitiva de pessoas pertencentes à família de um membro da missão, bem como de criados particulares que estejam a serviço de membros do pessoal da missão.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 44

O termo *exequatur*, no âmbito das relações consulares, designa o ato autorizativo

- Ⓐ do Estado receptor, para instalação da repartição consular.
- Ⓑ do Estado que envia, para admissão do chefe da repartição consular.
- Ⓒ do Estado receptor, para admissão dos funcionários consulares de carreira.
- Ⓓ do Estado receptor, para admissão do chefe da repartição consular.
- Ⓔ do Estado que envia, para instalação da repartição consular.

Questão 45

Consoante a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Durante a missão, os arquivos e documentos a ela relativos são invioláveis, desde que se encontrem no local da missão.
- Ⓑ Se um chefe de missão estiver impedido de desempenhar suas funções, um membro do pessoal administrativo e técnico poderá, com o consentimento do Estado acreditado, ser designado pelo Estado acreditante para ocupar a chefia da missão.
- Ⓒ Se um agente diplomático que goza de imunidade de jurisdição iniciar uma ação judicial, lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção ligada à ação principal.
- Ⓓ Os membros da família de um agente diplomático que com ele vivam gozarão dos privilégios e imunidades conferidos aos agentes diplomáticos, ainda que sejam nacionais do Estado acreditado.
- Ⓔ Em caso de vacância do posto de chefe da missão, um encarregado de negócios *ad interim* exercerá provisoriamente a chefia da missão, devendo seu nome deve ser comunicado ao ministério das relações exteriores do Estado acreditado.

Questão 46

Quando um funcionário consular é incumbido de praticar atos diplomáticos pelo Estado que envia,

- Ⓐ ele adquire, automaticamente, privilégios e imunidades diplomáticos.
- Ⓑ ele pode, após notificação ao Estado receptor, atuar como representante do Estado que envia junto a qualquer organização intergovernamental.
- Ⓒ ele adquire imunidade de jurisdição especial no desempenho da função consular.
- Ⓓ recai sobre ele a atribuição de conceder *exequatur*.
- Ⓔ ele perde seu *status* consular.

Questão 47

Conforme as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, o Estado que envia poderá encarregar uma repartição consular estabelecida em um Estado do exercício de funções consulares em outro Estado, desde que

- I notificados os Estados interessados.
- II nenhum dos Estados interessados se oponha expressamente.
- III haja novo acordo diplomático entre os Estados interessados.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 48

Em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedado ao Estado que envia confiar a custódia dos locais consulares a um terceiro Estado, ainda que tenha rompido suas relações consulares com o Estado receptor.
- Ⓑ No caso de rompimento das relações consulares entre dois Estados, o Estado receptor fica obrigado a respeitar e proteger, inclusive em caso de conflito armado, os locais consulares, os bens da repartição consular e seus arquivos.
- Ⓒ É vedado que dois Estados nomeiem a mesma pessoa como funcionário consular em determinado Estado receptor.
- Ⓓ O consentimento dado para o estabelecimento de relações diplomáticas entre dois Estados implicará, em todos os casos e de forma automática, o consentimento para o estabelecimento de relações consulares.
- Ⓔ O rompimento das relações diplomáticas entre dois Estados acarreta também a ruptura das relações consulares.

Questão 49

No que concerne aos funcionários consulares, julgue os itens a seguir, em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

- I Existem apenas duas categorias de funcionários consulares.
- II As repartições consulares somente podem ser dirigidas por funcionários consulares de carreira.
- III Os funcionários consulares honorários submetem-se à mesma disciplina e ao mesmo regime aplicável aos funcionários consulares de carreira.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 50

À luz da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, julgue os itens seguintes, relativos ao correio diplomático.

- I O correio diplomático deve estar munido de documento oficial que indique sua condição.
- II O número de volumes que constituam a mala diplomática deve ser indicado no documento oficial de que o correio diplomático deve estar munido.
- III O correio diplomático deve ser, no desempenho de suas funções, protegido pelo Estado acreditado.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.